

Tratado de Sokovia

Diretores:

Geovanna Lima, ex-aluna

Luiz Silva, 3º D

Matheus Bueno, ex-aluno

Taís Araújo, ex-aluna

Participação:

Gabriel Grosas, ex-aluno

SiSA 2018

Índice

1. INTRODUÇÃO

2. CONTEXTO

- 2.1 Estado e Shield
- 2.2 Guerra civil, Tratado de Sokovia e Lei
- 2.3 Direitos: liberdade e ordem
- 2.4 Direito: justiça
- 2.5 Direito: segurança
- 2.6 Alguns conflitos recentes

3. O COMITÊ

- 3.1 Funcionamento
- 3.2 Lista de delegações
- 3.3 A imprensa no comitê

4. BIBLIOGRAFIA

1. Introdução

O comitê “Tratado de Sokovia” se propõe a assumir o desafio de unir o plano fictício das criações da Marvel ao cenário de contradições políticas que permeiam as relações internacionais da atualidade. Assim sendo, a finalidade deste comitê é atestar o fundo real das histórias em quadrinho, ao mesmo tempo que estimula um debate antes não pensado fora da proposta. Ampliando o campo do pensamento, acreditamos que será possível também expandir nosso público-alvo, acolhendo formas de debate e raciocínios antes não explorados pela SiSA.

Para fins didáticos, situamos o debate no ano de 2018 e adaptamos os acontecimentos acerca do Tratado, originalmente criação da Marvel, para as problemáticas que assombram a sociedade atual. Por conseguinte, além deste guia e a síntese que visamos apresentar como ponto de partida, os delegados podem orientar-se pela história oriunda da HQ “Guerra Civil” e todos os demais volumes que acharem conveniente – salvo algumas exceções que serão pontualmente destacadas no decorrer do guia. Convém mencionar que a mesa se disponibiliza para sanar possíveis dúvidas referente a forma de estudar adequadamente para o debate.

Por fim, ressaltamos o desafio que estamos apresentando aos senhores e deixamos o convite para que nos acompanhem durante a semana de debates. A oportunidade única de realizar um comitê fictício nos foi dada, porém só pode ser concretizada com o engajamento dos senhores em atuar ativamente para uma resolução que poderá definir o destino da Iniciativa Vingadores.

2. Contexto

2.1 Shield e Estado

De acordo com Antônio Carlos Almeida Diniz (2006), a legitimidade é um conceito polissêmico, na medida em que é interpretada de diferentes maneiras por diferentes autores, embora todos estes concordem que se trata da justificação da dominação jurídica e política. Colocando-se o problema das formas de legitimação da autoridade.

No empirismo, a autoridade – será entendida como legítima ou ilegítima – conforme encontre meios para se provar e permanecer existente, indicando a aceitação e obediência da população; a isso chamando-se legitimação. Segundo essa perspectiva, é no campo da moral, entendido como a esfera dos costumes e crenças socialmente partilhadas, que a legitimidade se expressa concretamente. Desse modo, dizer que algo é legítimo significaria que está em acordo com as prerrogativas moralmente aceitas por uma sociedade.

É importante esclarecer que todas as formas de dominação possuem formas de legitimação, mas nem sempre, possuem legitimidade. Isso porque aquela é constatável empiricamente, enquanto esta é dada eticamente, compreendendo o campo da ética como aquele estabelecido pela reflexão racional sobre o campo da moral. Um exemplo clássico, seria o da Alemanha nazista, que indiscutivelmente tinha uma ampla aceitação popular, a qual apoiava-se na aniquilação da oposição e na imposição do terror. O que faz com que, a despeito da ampla aceitação dessa forma de governo, não possa ser considerada legítima. O autor escreve:

Em suma, a legitimidade implica um juízo de valor acerca da validade de uma dada ordem jus-política; a legitimação, a seu turno, constitui o procedimento de avaliação empírica da aceitação e reconhecimento reais da autoridade (consenso fático ou aceitação sociológica) (DINIZ, 2006 p. 47).

De acordo com Habermas, para que legitimidade e legitimação estejam plenamente equilibradas, ou seja, para que a expressão da vontade

de um povo identifique-se com o resultado de uma racionalidade pública, se faz necessário a existência de uma sociedade justa e equânime. Assim, para continuar exercendo seu poder político, qualquer governo busca a legitimidade-legitimação, pois estes justificam a posse de poder, isto é, quem o exerce e segundo quais princípios.

Legitimidade e Concepções de Estado.

John Locke, com sua proposta contratualista e jusnaturalista, ou seja, segundo a concepção de que a sociedade institui a ordem jurídica a partir da anterioridade de um acordo tácito, ao mesmo em que o objetivo último dessa ordem jurídica é o de positivizar os direitos que os seres humanos têm por natureza. Foi grande influenciador de movimentos como a independência dos EUA e a Revolução Francesa, acontecimentos que provocaram uma ascensão da ordem burguesa, que continua até os dias de hoje. Daí sua importância para analisar o papel do Estado e a legitimidade direitos.

Começamos com o estado de natureza. Este é o modo como o homem se encontraria enquanto não há Estado. Locke adota um estado de natureza no qual há a Lei natural, identificada e obedecida através da razão, a qual todo homem possui, além de possuir direitos naturais, também identificados racionalmente, como os direitos à vida, à propriedade dos frutos do próprio trabalho, à liberdade e à igualdade.

Partindo da justificativa de que todo homem é racional naturalmente, Locke acredita que os homens podem viver em harmonia em seu estado natural. Contudo, o homem neste se entrega a seus desejos e apetites, se permitindo fazer tudo que lhe convém, como a quebra de direitos de outra pessoa. Assim, o homem em seu estado natural é um ser que pode desrespeitar os direitos naturais de outro homem. Mesmo que exista em Locke uma grande aposta na civilidade do homem sem o Estado, essa não está plenamente garantida.

Por essa razão, se faz necessário um Estado que garanta à sociedade os direitos naturais. Esse Estado nasce a partir da abdicação, pelos indivíduos, de poderes punitivos e de fazer justiça privadamente, e a cessão destes para o Estado, que terá por função assegurar ao povo os direitos naturais. Locke, porém, esclarece que as pessoas só cederam esses direitos porque confiam no destinatário e que, se este perder a confiança (*trust*) delas, ela perderá o poder.

Nisso, se identifica a legitimidade. Enquanto os direitos naturais são determinados racionalmente, do mesmo modo, a ética e a moral também são; e enquanto um governo que não possui legitimidade-legitimação já não tem seu poder justificado, do mesmo modo, um Estado que não garante os direitos naturais à população também não. Assim, um Estado legítimo para Locke é aquele que garante os direitos naturais da população. Cabe, no entanto, a questão sobre como o Estado cumprirá a sua tarefa.

Locke, vendo a vida natural como ameaçadora da “posse mansa e pacífica dos bens subjetivos (liberdade e igualdade) e objetivos (terras e riquezas)”, das pessoas proprietárias, deu razões para tal: “1) a ausência de uma lei comum firmada e aceita pelo consentimento como padrão do justo e do injusto; 2) a ausência de um juiz conhecido e imparcial para resolver quaisquer dissensões; 3) ausência de um poder capaz de executar as decisões judiciais contra os infratores”- **Locke, J. apud pág. 77 “Teoria da Legitimidade do direito e do Estado”**. Se, por essas causas, não se há garantia de direitos, cabe ao Estado assegurar esses, então é ele que acabar com essas causas. Desse modo, se torna papel do Estado firmar uma lei comum à, e aceita pela, população; fazer com que se tenha um juiz imparcial; e executar as decisões judiciais contra os infratores.

Enquanto isso, Hobbes, também com uma proposta contratualista e jusnaturalista, dirá que o estado natural do homem é degradante, selvagem, medonho. Não há lei natural dada pela razão, como em Locke, mas a lei do mais forte, a lei da espada. Desse modo, não há segurança garantida a ninguém se em estado natural. O Estado surge, portanto, para “garanti-la”.

Porém, para Hobbes, o Estado só existe se tiver poderes supremos. Para tanto, as pessoas abdicam de todos os seus direitos (exceto o direito à vida) e os cedem ao “Leviatã”, que, possuindo o monopólio da força, consegue fazer as pessoas se submeterem a seu poder através do medo e da coação, impedindo atrocidades presentes no estado natural.

O soberano, contudo, não sai do seu estado natural, ao ponto que ele não está submetido a outra força autoritária, não possuindo, assim, deveres como o Estado tem em Locke. A questão colocada em Locke, assim, é de melhorar a situação humana, sendo o estado natural pior que o Estado absoluto, mesmo que este também apresente defeitos.

Como o Estado tem o poder supremo sob seu domínio, enxerga-se a legitimidade. Isso porque qualquer ação promovida pelo Estado se torna legítima, ao ponto que a criação deste foi feita pela população e que o autoritarismo se faz necessária para a melhor condição humana possível.

A grande diferença entre a tradição liberal, que remonta a Locke, e a teoria social weberiana, de extração hobbesiana, é que ao contrário dessa última o Estado não tem o monopólio da força. Muito pelo contrário, é sempre necessário temer que o Estado monopolize todas as forças contra o indivíduo. Um nobre exemplo dessa atitude, encontra-se na Constituição dos Estados Unidos, a qual possuindo um claro espírito liberal, garante a todos os cidadãos o direito de portar armas, como meio de resistência à opressão do Estado. Dessa forma é possível dizer que agentes ou Estados que consideram o tratado de Sokovia como necessário, acreditam, seguindo Hobbes e Weber, que o Estado (ou instituição análoga a ele no âmbito internacional) deve manter o domínio sobre todo o poder da sociedade, enquanto que a tradição liberal, julga que o Estado existe para garantir direitos que o homem possui e é capaz de defender, sem o auxílio do Estado, que é um elemento facilitador da garantia de direitos, mas que não pode, em nenhuma circunstância, suprimir esses direitos fundamentais.

Ao se pressupor a garantia de direitos, do mesmo modo que Locke pressupôs, se identifica o quanto este ainda influencia o cotidiano e mostra que, para se manter legítimo, um Estado deve garantir esses direitos. Mas também, o deve fazer através de meios condizentes com a ética e a moral.

Esses meios são encontrados em outras características desse Estado: a criação de instituições, que garantem, por exemplo, a segurança, no caso das delegacias. Mas claramente, nem sempre a presença de uma delegacia pressupõe maior segurança, o que faz possível identificar um processo de legitimação- o Estado cria essa instituição para que se pareça que ele cumpre com suas obrigações (garantia de direitos), o que faz as pessoas o aceitarem.

Outro fator de análise é a violência, pois o Estado pode usar dela para cumprir suas obrigações. O fato de ele poder remete à legitimidade, isto é, essa violência é legítima ao ponto que o fim para o qual ela é usada é a garantia de direitos; enquanto que a violência realizada por indivíduos é ilegítima, pois esses não tem direito de usá-la como recurso ao ponto que cederam esse direito ao Estado em troca da garantia de outros- do mesmo modo que Locke propôs em seu contrato. Porém, também é preciso levar em consideração que, na moral de hoje, a violência não é julgada positivamente, assim, o uso dela deve ser pensado por qualquer Estado para que este não perca sua legitimidade-legitimação, e consequentemente, seu poder.

Por último, tem-se o caso das constituições. Como já dito antes, o Estado deve “firmar uma lei comum à, e aceita pela, população”. As constituições são essa lei; e ao se pressupor a aceitação do povo, identifica-se a legitimidade-legitimação, pois a lei tem que ser legitimada (aceita pelo povo), logo as constituições de cada Estado também são ou devem sê-lo. Por essa razão, a maioria das ações de qualquer indivíduo é julgada pela constituição, sendo legítimas as ações de acordo com ela e ilegítimas as que não são.

Dessa forma, no universo ficcional que inspira o comitê, os vingadores e sua atuação são pauta importantíssima para os Estados. Se, por um lado, os Vingadores surgem com a premissa de defender a Terra em caso de ameaça não-humana e de grandes magnitudes, não pode-se esquecer que a existência da equipe por si só tira o controle pleno da entidade do Estado no papel de garantir a segurança. Para discorrermos acerca da ameaça ou contribuição dos Vingadores, sob responsabilidade da S.H.I.E.L.D, é importante tomar-se nota da história desse grupo de super-heróis e da agência responsável.

2.1.1 Sobre a SHIELD

A **S.H.I.E.L.D, Superintendência Humana de Intervenção, Espionagem, Logística e Dissuasão**, é uma agência de inteligência anti-terrorista e militar de força, organização e importância superiores a agências como a CIA, FBI e a NSA.

A fundação da SHIELD foi uma medida tomada pela ONU, no temor das ações de outra organização: a Hidra. Esta é uma organização fundada por líderes nazistas na época da 2ª Guerra Mundial, inicialmente secreta e com o objetivo de expandir a Alemanha, porém, após divergências entre esses líderes, a organização passou a ter como meta a conquista do mundo – mas mantendo o nazismo. Assim sendo, após a derrota da Alemanha na guerra, a Hidra permaneceu sem enfraquecimento, porém, com a leitura de arquivos alemães, os países descobriram a Hidra. Por isso, com a criação da ONU, foi colocada em pauta a criação de uma organização que tivesse o potencial de garantir a segurança em caso de um ataque da Hidra: a SHIELD.

Entretanto, ela só foi fundada em meados de 1960, durante a Guerra fria, e como uma organização internacional, sem vínculos legais com qualquer Estado, logo é privada. Contudo, inicialmente, os investimentos nessa organização partiram da OTAN, e agora a SHIELD recebe esses

principalmente dos EUA, o que a coloca sob grande influência desse país. Considerando esse contexto e seus investidores, a SHIELD passou a adotar uma ideologia capitalista, já que, na bipolarização ideológica da Guerra fria, a OTAN fazia parte do “polo” capitalista.

Na teoria, seu corpo de diretores é multinacional e somente a ONU pode autorizar ações da agência. Na prática, ela já foi usada como arma pelas potências ocidentais na Guerra Fria e contra governos "rebeldes" do terceiro mundo várias vezes.

Isso pode ser explicado por acontecimentos dentro do corpo de diretores, constituído por Nicholas Fury e políticos do Conselho de Segurança. Nicholas Fury juntou-se à S.H.I.E.L.D, como diretor desta, após ser persuadido por Alexandre Pierce, membro de alto escalão da agência e Secretário de Defesa dos Estados Unidos. Além de Fury, o Conselho de Segurança Mundial também é, na teoria, responsável por dirigir a S.H.I.E.L.D. Tal conselho é formado por políticos de alguns países do mundo. Por vezes, ordens do Conselho foram contrárias às vontades de Fury.

Obs.:Para fins didáticos e de fluxo de debate, conquanto o comitê se passe no ano de 2018, consideramos Nicholas Joseph Fury como o atual diretor da S.H.I.E.L.D. Sendo assim, quaisquer fatos ligados aos episódios da nomeada “Guerra Secreta” e suas consequências não serão argumentos válidos para embasamento de discursos, tampouco applications e afins.

2.1.2 A iniciativa Vingadores

A iniciativa Vingadores foi um projeto secreto da S.H.I.E.L.D., liderado por Nick Fury com a premissa de criar um time com os seres mais poderosos a fim de defender a Terra em situações de alto risco. A priori, o Conselho de Segurança Mundial assentiu com a Iniciativa, porém, após a Invasão do Novo México, ele sugeriu abortá-la, o que foi feito.

O projeto foi retomado por Fury quando Loki roubou o Tesseract. Após uma série de esforços para reunir os heróis, estes falharam em sua

primeira missão porque não conseguiram impedir que Loki fugisse do Aero-Porta-Aviões devido a falta de cooperação entre os membros; chegaram a cogitar desfazer a equipe. Foi a morte de Phil Couson que incentivou a reunião dos mesmos para conter a invasão Chitauri em Nova York, uma operação de sucesso que retomou o otimismo sobre o time e fez com que Fury e Maria Hill, vice diretora da S.H.I.E.L.D., concordassem que os Vingadores foram um acerto da agência. Assim, ficou definido que a formação voltaria em casos futuros de ameaças.

Na esfera mundial, pode-se inferir que os Vingadores foram o único grupo de super-heróis que são oficialmente reconhecidos pelos Estados Unidos e desde sempre tiveram sua autoridade aceita internacionalmente. Além disso, é tradicionalmente a primeira opção do governo estadunidense quando se trata de ameaças superiores.

Em relação aos Estados, pode-se pautar que as intervenções dos Vingadores podem ter caráter de violação da soberania nacional dos Estados- a não ser que, dentro dos parâmetros legais, o grupo seja regularizado por todos os países ou comprove-se que suas ações são desvinculadas do poderio norte americano, ou seja, mesmo enquanto organização privada, a atuação dos Vingadores deveria estar submetida ao ordenamento jurídico de cada país.

2.2 Guerra Civil, Tratado de Sokovia e Lei

2.2.1 Origem

Segundo os quadrinhos, o incidente que gerou toda a discussão em torno do tratado de Sokovia começou por causa de um grupo de jovens dotados de super poderes que, aos olhos da imprensa e dos governos a favor da lei e do tratado, agiram de maneira irresponsável em um incidente.

Tudo começa quando pessoas de 14 a 17 anos aproximadamente, e com poderes passam a usar estes para “combater o crime”. Na verdade, eles eram YouTubers e seu vídeos faziam sucesso porque eles gravavam seus combates com outros superpoderosos. Entretanto, em um episódio, em Sokovia, esse grupo enfrenta vilões muito mais poderosos do que eles eram no momento. Um desses vilões, Nitro, com habilidades que o permitiam explodir nuclearmente, o fez, destruindo vários quarteirões e as construções neles. Um destes foi uma escola.

No caso dessa escola, houve um funeral, no qual Tony Stark (o homem ferro) compareceu. Durante a saída desse funeral, uma mãe de uma criança morta culpou Tony por ter “iniciado com toda essa história” e cuspiu em no rosto dele.

Frente a esse incidente, a ONU se sentiu na obrigação de discutir o que deveria ser feito ou não feito em relação aos heróis, e como a SHIELD deveria prevenir acontecimentos como esse, a ONU também faz questão de discutir como a SHIELD tem agido, se está ou não cumprindo com as suas obrigações de proteção da Terra contra ameaças externas e internas que queiram desregular a ordem atual. Enquanto isso, os heróis entram em Guerra civil.

A explosão de Nitro pode ser analisada em três perspectivas diferentes.

Segundo a perspectiva que valoriza a segurança, ele pode ter o mesmo peso de um atentado terrorista como o 11 de setembro nos EUA ou de um massacre em uma escola por posse irresponsável de armas. Esses acontecimentos reais trazem consigo uma discussão sobre segurança no interior do país, pondo em pauta discussões como, se o Estado garante a segurança dos cidadãos, ou, se foi um desastre que jamais acontecerá com ou sem medidas de precaução.

Segundo a perspectiva que valoriza a ordem, pode-se questionar os modelos políticos, se são necessárias estruturas mais autoritárias para se

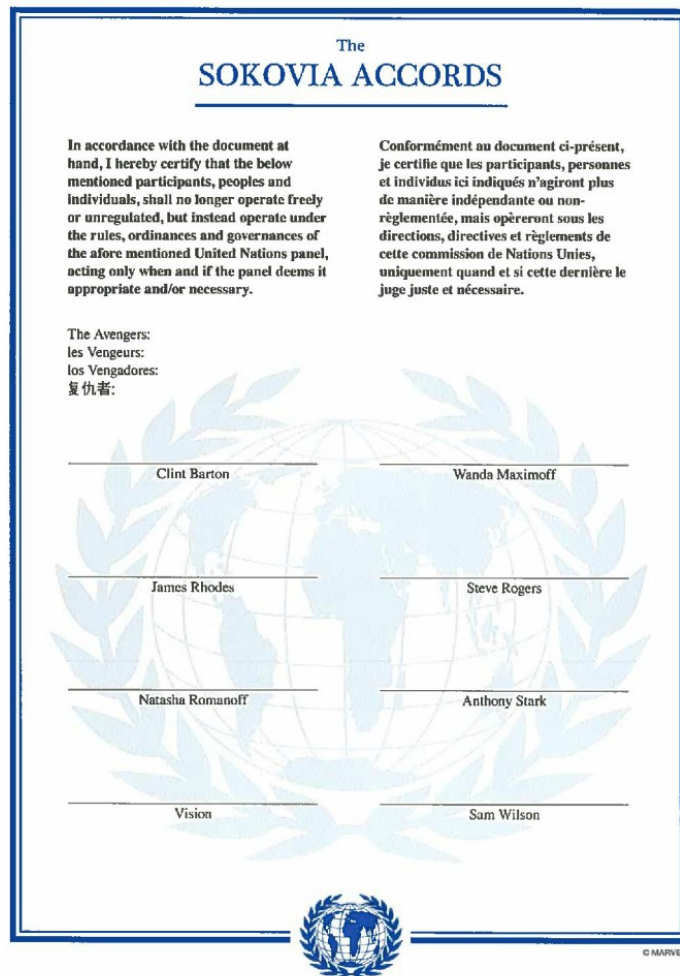
controlar os heróis ou não, como intervenções militares e ditaduras no mundo real.

Por último, a perspectiva que valoriza a liberdade, o indivíduo, aponta a culpa dos jovens pelo atentado, culpa exclusiva deles por agirem de maneira inadequada ocasionando um atentado estremecedor para as relações internacionais.

Obs.: Sokovia não é um lugar no mapa mundial real e como o comitê não trata-se de discutir o acontecimento “explosão do Nitro”, mas sim o Tratado, não se torna importante trazer Sokovia para a realidade, somente o Tratado.

2.2.3 A lei assinada no tratado de Sokovia

No Universo dos vingadores, o tratado de Sokovia força uma lei mundial que determina aos heróis que: *“deixaram de operar livremente ou sem regulamentação, mas operam sob as regras, decretos e governanças do painel das Nações Unidas, agindo apenas quando e se o painel considerar adequado e/ou necessário.”* Além disso impediria que heróis operassem usando um codinome ou nome fantasia, assim revelando as identidades secretas deles.



2.3 Direitos: Liberdade e Ordem

Deve-se lembrar que todos os super poderosos seriam afetados pelas resoluções do tratado e da lei independente de quem sejam. Do adolescente de 14 anos envolvido na explosão até o Capitão América todos teriam sua liberdade afetada pelas resoluções, seja para bem ou para mal.

A ordem se aplicaria a todos de forma igual e todos que não se submetessem à resolução seriam considerados criminosos e perseguidos.

Evidente que a magnitude de desastres envolvendo os Vingadores clamam por um parecer ou intervenção estatal; durante a Batalha de Nova York, o Conselho questionou a prudência de Fury ao reunir os Vingadores e também se este estava ciente dos riscos que aquela união poderia trazer. Fury, por sua vez, reafirmou acreditar que tal grupo era um aviso a outros

mundos de que a Terra não está desprotegida. A questão (e o desafio) dos membros da ONU seria como os Estados estão hábeis a tomar tal posicionamento, uma vez que no seio das Nações Unidas esses são - ou deveriam ser - democráticos e asseguradores do bem estar da população, da qual os Vingadores também fazem parte.

2.4 Direito: Justiça

Etimologicamente, justiça veio do latim *justitia* e tinha como princípio, manter a ordem social por meio da manutenção dos direitos em sua forma legal. Hoje, ela se define por: "particularidade do que é justo e correto", por exemplo, no exercício da cidadania. Podendo também, ser reconhecida por mecanismos intuitivos, automáticos ou até por mediações através dos tribunais.

Na Roma antiga, a justiça é representada por uma figura de olhos vendados que simboliza igualdade perante a lei, aos direitos e iguais garantias legais quanto a isso.

A justiça para alguns é percebida de maneira subjetiva, e para outros de maneira objetiva. Na área do direito, restringe-se ao ideal do bem comum, isto é, o Poder Judiciário deve garanti-lo para toda a sociedade. O Estado com o auxílio do Poder Judiciário deve desenvolver alternativas que possibilitem o acesso a justiça. A isso, compete a ele verificar os principais possíveis problemas que afetam a plena aplicação do direito, tendo como base fatos históricos, e setores da vida social. Com a formação da sociedade fez-se necessário, a criação de um órgão que fosse capacitado para preservar os direitos e deveres dos homens a fim de promover uma convivência pacífica; a constituição. No entanto, muitas críticas são dadas ao Estado em relação ao tratamento/ relação que o mesmo estabelece com as classes mais baixas da população. Muitas vezes se declarando Estado das classes dominantes.

Em paralelo a isso, o pensador Max Stirner, anarquista radical crítica o caráter autoritário e antindividualista da sociedade. Para ele, " O Egoísmo é aberto às forças que o atravessam apenas enquanto egoísta", por isso não nega a multiplicidade, e além disso, o Egoísmo de Stirner crítica o Estado e a

moral burguesa. Diferentemente do egoísmo acomodado e alienado dos tempos de hoje.

Ademais, acredita-se em associações egoístas, isto é, o homem pode se relacionar diretamente sem precisar de leis ou mandamentos divinos. Tal pensamento, se aproxima de John Locke uma vez que, esse propõe a criação de um estado natural no qual, há leis naturais que são identificadas e obedecidas por meio da razão, a qual todos os homens possuem. Com isso, os homens podem viver em harmonia em seu estado natural, contudo, por se entregar a seus desejos e apetites, isto é, fazer tudo que o convém, pode desrespeitar os direitos naturais de outro homem. Por essa razão, é necessário um estado que garanta os direitos naturais: propriedade privada, liberdade e igualdade.

Enquanto isso, Hobbes também acredita em uma proposta contratualista e jusnaturalista, no entanto se difere de Locke. Para ele, o estado natural do homem é selvagem, degradante e medonho, e é a lei do mais forte que prevalece aqui. Diferindo-se do estado proposto por Locke, esse surge como um órgão que irá garantir a segurança, e para isso precisa ser totalitário, soberano, Leviatã, ou seja, o homem deve abrir mão de todos os seus direitos (com exceção da vida).

O Capitão América foi criado em plena segunda guerra mundial, para fazer propaganda da guerra, representar o patriotismo norte americano (representado pelo uniforme seu América que continha as cores da bandeira estadunidense), e conseguir apoio da população, já que grande parte da era contra a guerra. A primeira edição foi lançada em 1941 em plena segunda guerra com a capa do Capitão América dando um soco em Adolf Hitler.

A justiça se simboliza nesse contexto com essa provocação que os EUA fizeram com Hitler, de que a justiça só será feita quando o mesmo for derrotado.

Diferentemente do Capitão América, o Homem de Ferro não era associado a uma imagem de justiça já que, era um "herói fantasiado nas horas vagas", é cheio de falhas de caráter, problemático e seu alter-ego e sempre usado como proteção para o mundo exterior.

Peter Parker em um primeiro momento, ao descobrir que tinha poderes, começou a se dedicar em ser famoso, mas depois que seu Tio, o qual

considerava como um pai foi assassinado por um ladrão que ele mesmo deixou a escapar, decidiu usar seus poderes responsabilmente, procurando fazer justiça com as próprias mãos, por isso era considerado o amigo da vizinhança, está aí sua simbologia com a justiça. Apesar disso, aproveitada dos seus poderes pra conseguir um dinheiro extra para conseguir fotos do homem-aranha.

Por fim, existem diversos heróis com condutas diferentes, o que gera imagens diferentes pra cada povo. Assim, existem países que verão os heróis como vigilantes, os quais fazendo a justiça com as próprias mãos, prejudicam a ordem, ou não fazem a justiça de maneira certa, e existem países que verão os heróis como um símbolo da justiça, como os EUA vêem o Capitão América, por exemplo.

2.5 Direito: Segurança

O desenvolvimento armamentista está intrinsecamente correlacionado com os conflitos em escala mundial. Para ilustrar esta ligação, pode-se ressaltar dados dos Estados Unidos, já durante o mandato do presidente Donald Trump: em 2017, as vendas da indústria armamentista estadunidense cresceu cerca de 25% (fonte: Exame). Além disso, o presidente direcionou, no começo do mesmo ano, a maior parte dos investimentos dos Estados Unidos na guerra. Compreendendo que o poder bélico de um Estado está relacionado com a influência que exerce sobre os demais, é coerente que os EUA seja uma das maiores superpotências mundiais – e, portanto, um dos mais frequentemente envolvidos em conflitos.

De acordo com o Direito Internacional, a soberania de um Estado é limitada até o ponto que se inicia a soberania dos demais. Desta forma, tem-se que a soberania é relativa e que tem seu limite estabelecido pelas fronteiras (terrestre, aérea e marítima) que delimitam a ação coercitiva do Estado. A única exceção para a regra está na possibilidade de agir legitimamente contra outro Estado em caso de violação dos direitos e obrigações dos Estados (o que inclui a violação das fronteiras). Estas ações ganham maiores proporções em

contextos de desenvolvimento armamentista e disputas econômicas entre nações: as grandes guerras são um exemplo disto. Outro tipo de intervenção que têm ganho força na modernidade são as propostas pelas Nações Unidas ou por países influentes em caso de desrespeito aos direitos humanos; para este caso, pode-se destacar a intervenção recente na Síria que teve como justificativa o uso de armas químicas contra cidadãos sírios.

A questão da soberania e do uso da força para reclamar direitos contra e em outros Estado está presente na discussão sobre o futuro dos Vingadores. Para tal, é importante retomar a informação de que, embora os Vingadores não pertençam oficialmente a força armada de nenhum país, estes foram criados com o propósito de atender a emergências estadunidenses. Não por acaso, como já citado, os EUA são os principais financiadores da iniciativa. Abre-se, aqui, o questionamento acerca da condição apátrida do grupo de super heróis.

As ações dos Vingadores não se limitam a um determinado território. Isto significa que não há uma noção de respeito às fronteiras nacionais de cada Estado, tornando a intervenção do grupo ilimitada e livre de regulamentação direta. Partindo da premissa que são essenciais para o combate a ameaças não-humanas à Terra, os Vingadores podem ser identificados como frente essencial para a segurança de todos os humanos. Contudo, a forte influência estadunidense, mesmo que indireta, pode gerar tensão quanto a quem se deve atribuir a responsabilidade sob as ações dos Vingadores – se estes pertencerem a um Estado, então a interferência deliberada em escala mundial representa uma grave violação do Direito Internacional.

Aprofundando, pode-se ainda refletir se o grupo é uma ameaça à segurança mundial. Uma vez que atuem de acordo com interesses de uma só nação (mesmo que de forma não declaratória), catástrofes como as já causadas pelos heróis assumem qualidade de atos terroristas. Esta linha tênue pressiona a comunidade internacional para que haja uma reflexão acerca do assunto: o combate ao terrorismo é uma das principais pautas da atualidade, não podendo ser tangenciado mesmo quando se trata de forças sub-humanas.

Os critérios para tais resoluções estão a mercê dos representantes nacionais reunidos na Assembleia Geral: cabe a eles o debate sobre a nacionalidade do grupo, as regras que devem ser impostas sob as ações deste (se o Direito Internacional irá ou não ser flexibilizado, por exemplo), possíveis sanções a equipe etc. Além disso, abre-se espaço para uma convenção que determine se os Vingadores são uma solução ou ameaça: com os conflitos cada vez mais latentes e com o desenvolvimento da indústria bélica (que foram os causadores do surgimento do Capitão América, por exemplo – ele foi “criado” com o propósito de seguir como arma de guerra dos Estados Unidos), interessa a todos os países o conhecimento sobre quem detém uma arma tão poderosa quanto a reunião de seres com super poderes e habilidades.

2.6 Conflitos recentes

O assunto presente neste tópico se refere a acontecimentos atuais, nos quais países participantes deste comitê se envolveram. Trata-se de um contexto mundial que acontece simultaneamente à problemática deste comitê, e que tem intersecções com este: as participações de países. Este item é de extrema importância para as decisões tomadas pelos delegados no comitê, ao ponto que essas devem ser tomadas de acordo com a realidade e com o universo ficcional dos Vingadores.

2.6.1 EUA vs Coreia do Norte

Depois da 2ª Guerra Mundial, o Japão retirou suas tropas da Coreia, até então colonizada por ele. Depois disso, a Coreia se dividiu em duas: a Coreia do Sul que, aliada dos EUA, adotou o capitalismo; e a Coreia do Norte que, aliada da URSS, se tornou comunista. Essa divisão gerou conflitos entre as duas Coreias devido às ideologias e ao anseio por território. Por isso, a Coreia do Norte invadiu a do Sul, iniciando-se, assim, em 1950, na guerra fria, a Guerra da Coreia.

Logo após a invasão norte-coreana, as Nações Unidas enviaram tropas para a região a fim de expulsar os norte-coreanos e devolver o comando de Seul para os sul-coreanos.

Os Estados Unidos entraram na guerra ao lado da Coreia do Sul, enquanto a China (aliada da União Soviética) enviou tropas para a zona de conflito para apoiar a Coreia do Norte.

Em 1953, o governo norte-americano ameaçou usar armas nucleares contra Coreia do Norte e China caso a guerra não fosse finalizada com a rendição norte-coreana. Em março desse ano, Coreia do Norte e China aceitaram a proposta de paz das Nações Unidas e em 27 de julho de 1953, o tratado de paz foi assinado, decretando o fim da guerra.

“Também durante a Guerra Fria, a nação comunista da família Kim, recebia grande ajuda financeira da União Soviética. Por isso, com o fim da antiga potência socialista, a Coreia do Norte passou a enfrentar grande crise econômica e teve que depender de seus rivais, os EUA, por motivos ideológicos e por causa da Guerra da Coreia. Os EUA, se aproveitando da situação, exploravam o país economicamente.

Como resposta às fortes sanções econômicas e às políticas impostas, os governantes do regime passaram a investir fortemente em poderio militar. Analistas internacionais, como Immanuel Wallerstein consideram que, mais do que sustentar uma guerra nuclear com os Estados Unidos, o desejo de Kim é de que a potência econômico-militar se abstenha de intervir na política interna da Coreia do Norte, fazendo uma delimitação geopolítica da influência estadunidense.

Em 2006, foi realizado o primeiro teste nuclear bem-sucedido em território norte-coreano e a partir daí, o mundo ocidental tem observado todas as ações realizadas na península coreana, como testes de armas nucleares. Essa atenção é proveniente do temor de possíveis ataques, pois a Coreia do Norte já havia iniciado a Guerra da Coreia e só havia parado esta depois de ser ameaçada nuclearmente pelos EUA.

Em resposta, os EUA fortalecem sua postura dissuasiva sobre seus aliados no Leste Asiático – Japão e Coreia do Sul- para que a Coreia do Norte não os ataque e, segundo Billy O'Connor, estadunidense de 22 anos,

que trabalha em uma fábrica da Cadillac em Schenectady, conta que “os Estados Unidos estão preparados para qualquer tipo de conflito. O presidente Trump tomou medidas que permitem que o país possa criar novas e melhores bombas, para caso exista um conflito físico”, ressalta.

É preciso considerar também que há a esfera pública. Quando o presidente Donald Trump insulta Kim, ele cria pressão para que o país norte-coreano responda, o que aumenta desnecessariamente o risco de conflito real. Enquanto a mesma coisa acontece quando Kim Jong-un ameaça os EUA.

Entretanto, não é uma guerra iminente. Segundo PJ Crowley, ex-secretário de Estado assistente dos EUA, os dois países chegaram perto de um conflito armado em 1994, quando Pyongyang se recusou a permitir inspetores internacionais em suas instalações nucleares. Não houve guerra.” – Jornal GGN.

2.6.1.1 Outros países envolvidos nessa questão

China

Sendo o maior parceiro comercial da Coreia do Norte, a China não repreende as condutas tomadas por Kim, mesmo diante da pressão internacional. Principalmente também, porque a China e a Coreia do Norte já tem mantido alianças há muito tempo, como na Guerra da Coreia, além de terem ideologias semelhantes: os países se assumem como comunistas.

“Tal posicionamento é apoiado até em parte de sua população. ‘Eu acho que meu país deveria ajudar a Coreia do Norte, mesmo que piore sua relação com os EUA. Se houver uma guerra, penso que nosso Exército tem de ajudar nossos parceiros econômicos’ ressalta a estudante Megan Wei, de 18 anos.”- Jornal GGN.

Japão

Os EUA e o Japão têm uma forte parceria em comércio exterior e na própria questão militar, tanto que os Estados Unidos possuem bases

militares no Japão. Além disso, os dois adotam a ideologia capitalista em divergência com a ideologia da Coreia do Norte.

“A Coreia lançou dois mísseis de testes que sobrevoaram a cidade japonesa Sapporo, localizada na ilha de Hokkaido. A arquiteta japonesa Miyuki Takahashi, de 27 anos, que vive na região ameaçada pelo míssil de Kim Jong-un diz ‘Eu estava dormindo em casa quando recebi um alerta no celular dizendo para eu me esconder em algum lugar resistente a explosões. Eu estava muito assustada, foi a primeira vez que passei por este tipo de situação. Não sabia o que estava acontecendo exatamente.’

Por conta do grande susto enfrentado em sua cidade, Takahashi questiona a possibilidade de o Japão entrar militarmente neste . ‘Eu não concordo com a participação do meu país em uma eventual guerra.’”- Jornal GGN.

2.6.2 Intervenção militar na Venezuela

Atualmente, a Venezuela tem cerca de 40% das suas exportações destinados aos EUA, enquanto estes têm 9% do petróleo consumido proveniente da Venezuela, cujas reservas são comprovadamente as maiores do mundo. Daí a importância econômica de um para com o outro.

Entretanto, desde 1999, com a eleição de Hugo Chávez, a Venezuela e os EUA apresentam divergências ideológicas. Isso porque, antes dessa eleição, os EUA patrocinaram vários governos venezuelanos que, defendendo ideologias capitalistas, faziam com que os EUA mantivessem grande influência política na Venezuela.

Com a eleição de Hugo Chávez, os EUA perderam essa influência, pois ele defendia o que chamava de Revolução Bolivariana, a qual seria responsável por promover o que denomina de socialismo do século XXI. Dessa forma, é caracterizado por sua postura contra o neoliberalismo, contra a globalização e contra a postura internacional dos EUA.

Esse conflito gerou, em 2002, uma tentativa de golpe de Estado contra o governo do presidente Hugo Chávez. Este foi capturado por um

grupo de golpistas, patrocinados pelos Estados Unidos, que tentaram estabelecer no país um novo regime governamental. Entretanto, a detenção feita por militares durou apenas 47 horas, pois Chávez possuía muita influência e apoio do exército, por ser um militar com poder político, afinal era presidente.

Atualmente, esse conflito ideológico ainda existe, com Nicolas Maduro como presidente da Venezuela e Donald Trump como presidente dos EUA, sendo que a eleição do último somada ao agravamento da crise política e econômica resultaram numa piora dessa situação.

Em 11 de agosto de 2017, Trump chegou ao ponto de anunciar que estava disposto a usar a “opção militar se for necessário” contra Maduro. O então ministro da Defesa da Venezuela, Vladimir Lòpez, reagiu caracterizando a declaração de Trump como “um ato de loucura”.

Em 1 de fevereiro de 2018, Rex Tillerson, Secretário de Estado dos Estados Unidos a serviço de 1 de fevereiro de 2017 a 13 de março de 2018, sugeriu que fosse dado um golpe de Estado, com forças militares locais, para tirar o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, do poder.

Frente a essas especulações, a Venezuela recentemente tem tentado aumentar seu arsenal militar, afinal ela quer estar preparada para um possível ataque, tanto que já possui mísseis russos.

2.6.3 Questão Caxemira

A Caxemira é uma região montanhosa ao norte da Índia e do Paquistão. Atualmente, essa região se divide em quatro áreas diferentes: os territórios do Norte e a Caxemira Livre, pertencentes ao Paquistão; a região de Jammu e Caxemira, pertencentes à Índia; e a região de Aksai Chin sob ocupação chinesa.

Os conflitos pela região da Caxemira se iniciaram no final da colonização britânica, em 1947 logo após a 2ª Guerra, quando todo o subcontinente indiano que até então era dominado pela Inglaterra, foi dividido em dois países, a Índia e o Paquistão. Essa divisão se deu através da união das regiões de maioria muçulmana, constituindo o Paquistão, e das regiões de maioria hindu, constituindo a Índia.

Na época da independência da Índia, o líder religioso Mahatma Gandhi (hindu) conduziu milhares de pessoas em uma manifestação pacífica contra a dominação britânica pregando seu sonho de constituir um país único e independente, onde todas as etnias e religiões pudessem viver igualmente. Mas, o sucesso do partido criado por ele (Congresso Nacional Indiano) despertou nos muçulmanos o medo de que os hindus, liderados por Gandhi, constituíssem um estado governado pela sua religião onde eles fossem perseguidos. Nesse contexto, surgiu a Liga Muçulmana para lutar pela divisão da região em dois estados, sendo um deles, de muçulmanos.

Inicia-se então, uma guerra não declarada entre os muçulmanos e indianos que começam a atacar-se mutuamente em uma série de atentados culminando com o assassinato de Gandhi.

Além disso, a partilha do território indiano, baseada na religião, resultou na migração em massa de quase 15 milhões de pessoas: muçulmanos indo da Índia em direção ao Paquistão, hindus e sikhs fazendo o caminho inverso. Mal-preparados para lidar com essa situação, os novos governos não conseguiram manter a lei e a ordem, e a violência eclodiu nos dois lados da fronteira

Os britânicos foram acusados de se retirar da Índia rápido demais. Críticos afirmam que eles não conseguiram estabelecer um mapa definitivo das novas fronteiras e fracassaram no planejamento para a migração em massa que se seguiu à divisão do território. A Grã-Bretanha argumenta que foi forçada a agir rapidamente devido à quebra da lei e da ordem, e que quanto mais tempo permanecesse no território, pior ficaria a situação. Além disso, os britânicos afirmam que tinham recursos limitados depois da Segunda Guerra Mundial.

No período de independência, na Caxemira, o hindu Hari Singh, pediu apoio à Índia para se defender da tribo dos Pathans que haviam invadido a região. E, como recompensa, cedeu o território de Jammu e Caxemira à Índia provocando a revolta dos 80% da população da região que eram muçulmanos. Apoiados pelo Paquistão eles, então, começam a reivindicar sua independência.

A ONU, tentando resolver o conflito, determinou que a própria população da região decidisse de qual estado faria parte através de um plebiscito. Mas, a Índia nunca permitiu que esse fosse realizado, fazendo eclodir uma guerrilha que já dura a mais de 50 anos, resultou em duas guerras entre os dois países (1965 e 1971) e serviu de pretexto para uma corrida armamentista nuclear.

2.6.3.1 Participação de outros países na Questão Caxemira

Durante a guerra de independência se deu durante o período da Guerra Fria, com o Paquistão recebendo apoio dos EUA e a Índia, da URSS. Dessa forma, o terreno ficou extremamente propício para que os países iniciassem os testes para produção de armas nucleares, já que, tanto os EUA quanto a URSS, não gostavam de a China Popular ser a única potência nuclear na Ásia. Assim, a Índia realizou seu primeiro teste com uma arma nuclear em 1974 e o Paquistão em 1998, acabando com todas as esperanças de um final para este conflito.

3. O Comitê

3.1 Funcionamento

Tratando-se de uma Assembleia Geral, o comitê seguirá os padrões de debate da Organização das Nações Unidas e terá como objetivo a resolução pacífica e o consenso entre as partes. Caberá aos delegados discutir e propor melhorias e/ou alternativas para a possível regulamentação da S.H.I.E.L.D., a viabilidade da lei de registro e todas as demais implicações.

Para a última sessão, espera-se uma proposta de resolução: o documento “Tratado de Sokovia”, no qual irão planificar as cláusulas acerca dos tópicos. Uma proposta de resolução tradicionalmente necessita ser votada e conquistar maioria qualificada para a aprovação, por isso o fazimento da proposta deve ser conjunto e fruto de um consenso entre o máximo possível de países.

Sabido que esta prática também não é comum na SiSA, a mesa se dispõe para tirar todas as dúvidas e auxiliar os delegados no processo que levará os quatro dias de discussão; comprometemo-nos, inclusive, em enviar exemplos de propostas de resolução para estudo prévio de estrutura, via WhatsApp.

3.2 Lista de delegações

A application para este comitê é diferente de outras. As pessoas que desejarem delegações (sem ser da Imprensa) produzirão applications de, no máximo 1 folha, que terão como critérios de escolha:

- o posicionamento claro da delegação em relação aos dois quesitos: Lei e Tratado, isto é, quando o posicionamento da delegação em relação a um tópico não estiver pré definida pelo guia, a application deverá apresentá-lo de forma clara, explicando-o de forma coerente com o guia;
- a estratégia- como possíveis argumentos e alianças que queira fazer- para que chegue ao seu objetivo, isto é, o que fará para que consiga que o Tratado e Lei ocorram ou não de acordo com o seu posicionamento, e coerente com o contexto do país para o qual se está aplicando- é impossível que Cuba sozinha, por exemplo, tente alcançar seus objetivos declarando guerra aos EUA.

Cuidado: no momento da inscrição, colocar a mesma personagem mais de uma vez dentre as 3 opções possíveis não aumenta as chances de conseguir a representação.

Koro Bessho - representante permanente do Japão nas Nações Unidas
[delegação de segunda ordem];

Tratado de Sokovia

Por que apoiar?

Como a economia do Japão está estagnada e ele tem como aliado a maior potência capitalista atual, a qual é a favor do Tratado, é conveniente para o Japão concordar com esse.

Por que não apoiar?

Procurando dinamizar sua economia, o Japão está em busca de alianças e acordos.

Lei de regulamentação dos super-heróis

Por que apoiar?

Como o Japão apresenta um dos menores índices de criminalidade do mundo, a maioria dos japoneses, não acreditando na justiça dos heróis, são fervorosos apoiantes do Tratado. Para não entrar em conflito com seu próprio povo, o Japão optaria por ser a favor da Lei.

Por que não apoiar?

Baseando-se no “Por que apoiar?”, é preciso considerar que, mesmo que a Lei passe, o Japão não poderia contratar heróis. Isso porque, mesmo com suas identidades secretas não mais secretas, os heróis ainda seriam vistos como possíveis perturbadores da ordem no Japão.

Dados adicionais do país:

Usa 1% do PIB (\$46,1 bi) em gastos militares, segundo o Sipri (dado de 2016).

Anthony Bosha - representante de negócios internacionais da Nigéria;

Tratado de Sokovia

Por que apoiar?

A Nigéria é onde o Boko Haram, grupo terrorista que luta contra a influência ocidental na África de acordo com um fundamentalismo religioso (a doutrina Sharia), surgiu. Como a ideia desse Tratado surge depois de um incidente qualificado como terrorista - a explosão de Nitro- e em seu território um grupo terrorista nasceu, para se mostrar contra o terrorismo, a Nigéria se mostraria a favor do Tratado.

Por que não apoiar?

Acreditando no potencial anti-terrorista da SHIELD, podendo assim, acabar com o Boko Haram e que, com esse Tratado, essa organização perderia esse potencial, a Nigéria se apresentaria contra o Tratado.

Lei de regulamentação dos super-heróis

Tendo um histórico com o terrorismo, traumas por causa de ataques, a Nigéria se apresenta a favor da Lei, pois acredita que os heróis são possíveis terroristas.

Dados adicionais:

Usa 0,41% do PIB em gastos militares, segundo o Sipri (dado de 2014)

A situação econômica e política do país é péssima. Chega a ser o 6º país mais pobre de acordo com
<<http://www.listadecuriosidades.com.br/diversos/os-10-paises-mais-pobres-do-mundo/>>

Maleeha Lodhi - representante permanente do Paquistão nas Nações Unidas;

Tratado de Sokovia

Por que apoiar?

O Paquistão se mostraria favorável radical ao tratado, pois vê a SHIELD como uma organização duvidosa uma vez que ela é controlada pelos EUA. Apesar da aliança entre esses dois países, desde que Zulfikar Ali Bhuto assumiu o poder no Paquistão, e tenta sem sucesso pressionar os EUA a impor sanções contra a Índia, após a realização de um teste nuclear na fronteira entre os dois países. Além disso, mesmo com a contínua ajuda militar e os laços estreitos o congresso americano passou a suspeitar das ambições nucleares de Islambad. Desde então, continuam aliados, mas com certo atrito de desentendimento. Por isso, com o tratado, os interesses entre os dois países ficariam claros, e não haveriam desconfianças.

Por que não apoiar?

Como os EUA suspenderam ajuda financeira para com o Paquistão no início deste ano, este se posicionaria contra o Tratado, pois aquele quer esse.

Lei de regulamentação dos super-heróis

Por que apoiar?

Para garantir a segurança e a ordem do Estado paquistanês, o Paquistão se mostraria a favor da Lei, pois vem investindo em poder militar, por causa da questão territorial de Caxemira, contra a Índia e China, logo, conseguiria também investir em heróis.

Por que não apoiar?

Como os EUA suspenderam ajuda financeira para com o Paquistão no início deste ano, este se posicionaria contra a Lei, como uma forma de afronta.

Dados adicionais do país:

Usa 3,4% do PIB (\$9,9 bi) em gastos militares, segundo o Sipri (dado de 2016).

É a sétima maior potência nuclear do mundo.

Matthew Rycroft - representante permanente do Reino Unido nas Nações Unidas;

Tratado de Sokovia

Por que apoiar?

Desde a eleição de Trump, o Reino Unido tem desconfiado das relações entre ele mesmo e os EUA. Por isso, para substituí-lo, ele procura se aliar à China, uma possível maior potência mundial dentro do atual contexto

Lei de regulamentação dos super-heróis

Temendo um possível ataque terrorista como se tem mostrado, o Reino Unido se mostraria a favor da Lei, pois acredita os heróis como possíveis terroristas após a explosão de Nitro.

Dados adicionais do país:

Usa 1,9% do PIB (\$48,3 bi) em gastos militares, segundo o Sipri (dado de 2016)

É a quarta maior potência nuclear do mundo.

François Delattre - representante permanente da França nas Nações Unidas;

Tratado de Sokovia

Por que apoiar?

A França sofreu atentados em 2015. Como a SHIELD deveria prevenir acontecimentos desse tipo, a França duvida de seus interesses, principalmente após a explosão de Nitro. Por isso ela se mostraria a favor do Tratado, para que, sob o controle da ONU, a SHIELD cumpra com suas funções.

Por que não apoiar?

A França não concordaria com o Tratado devido ao clima de tensão existente entre ela e os EUA, pois Trump tem dado várias críticas, vistas de

maneira ruim pela França, aos atentados que ocorreram em Paris, e os EUA são a favor do Tratado.

Lei de regulamentação dos super-heróis

Por que apoiar?

A França se mostraria a favor da Lei, pois, depois da explosão de Nitro, ela vê os mutantes como possíveis terroristas. Preocupada em manter a ordem, fato comprovado com a intervenção na Síria realizada por ela em 2017, a França concordaria com a Lei.

Por que não apoiar?

A França se mostraria contrária à Lei, do mesmo modo que se mostraria contrária ao Tratado.

Dados adicionais do país:

Usa 2,26% do PIB em gastos militares, segundo o Sipri (dado de 2012)

É a terceira maior potência nuclear do mundo.

Jerry Matthews Matjila - representante permanente da África do Sul nas Nações Unidas;

Tratado de Sokovia

Por que apoiar?

A África do Sul tem dúvidas em relação às ações da SHIELD. Isso porque o principal projeto dela (a Iniciativa Vingadores) tem como líder o Capitão América, logo ela representaria os interesses estadunidenses; e também por causa de ataques que a SHIELD foi responsável, durante a Guerra Fria-esses fatos a torna ilegítima para a população sul-africana. Ela

apoiaria o Tratado, portanto, para que, sob o controle total da ONU, a SHIELD represente os interesses mundiais.

Lei de regulamentação dos super-heróis

Por que apoiar?

Como a África do Sul quer ter uma maior participação política, ela andou visando o Conselho de Segurança das Nações Unidas, tanto que na década de 90 destruiu o próprio armamento nuclear. Regular os heróis seria coerente com isso, pois significa maior segurança para os civis e para o mundo.

Por que não apoiar?

Após o Apartheid, a África do Sul busca ter um regime democrático, multi-racial e que preza a liberdade. Ao regular os heróis, o quesito liberdade é comprometido.

Harald Braun - representante permanente da Alemanha nas Nações Unidas;

Tratado de Sokovia

Por que apoiar?

Embora seja a maior economia europeia, a Alemanha ainda não possui muito poder político, tanto que não possui assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Apoiando o Tratado, ela poderia aumentar sua influência política, pois a ONU, da qual a Alemanha participa, ganha poder político com a aprovação dele.

Por que não apoiar?

Durante a 2ª Guerra Mundial, a Hidra é criada: uma organização que se iniciou dentro da SHIELD, mas logo se tornou inimiga dessa por divergência de ideais; com mentalidade fortemente nacionalista alemã e nazista; e com o objetivo de expandir o território alemão. Como a Alemanha pós essa guerra tenta desvincular sua imagem do nazismo, ser contra esse Tratado é coerente, pois isso significa se aliar à SHIELD, estando contra, assim, da Hidra, nazista.

Lei de regulamentação dos super-heróis

Por que apoiar?

A Alemanha, em 2016 em suma, sofreu atentados terroristas. Traumatizada, a Alemanha vê os heróis como possíveis causadores desse tipo de terror, principalmente após a explosão de Nitro, e desacredita na justiça realizada por eles, pois essa não leva em consideração a constituição local do país, sendo assim, ilegítima. Desse modo, a Alemanha concordaria com a Lei.

Por que não apoiar?

A Alemanha pós 2ª Guerra tenta se desvincular do nazismo e preza pela liberdade, tanto que grandes massas de refugiados viram a Alemanha como destino em 2015, fazendo com que ela recebesse milhares deles, enquanto que vários outros países da Europa não fizeram. Seguindo isso, a Alemanha seria contra a Lei. Além de acreditar que, com a Lei, vários outros países se beneficiariam podendo contratar heróis.

Dados adicionais do país:

Usa 1,2% de seu PIB (\$41,1 bi) em gastos militares, de acordo com o Sipri (dado de 2017)

Mauro Vieira - representante permanente do Brasil nas Nações Unidas;

Tratado de Sokovia

Por que apoiar?

O Brasil quer ter um assento no Conselho de Segurança e a SHIELD só se mostrou fonte de riscos para o mundo, ao ponto que liderou ataques durante a Guerra Fria e não impediu a explosão de Nitro. Concordar com o Tratado só mostraria o quanto o Brasil se preocupa com a segurança, o tornando adequado, assim, para um assento no Conselho de Segurança.

Por que não apoiar?

O Brasil pretende aumentar a integração regional da América do sul, como o Mercosul. Para alcançar isso, estar contra o tratado pode ser bom, pois a SHIELD poderia se tornar sua aliada, o tornando atrativo para alianças.

Lei de regulamentação dos super-heróis

O Brasil tem se mostrado com uma preferência mais voltada à ordem. A intervenção militar no Rio de Janeiro neste ano é um exemplo disso. Partindo de uma visão na qual os heróis são simplesmente vigilantes, assim sendo causam desordem, a regulamentação deles seria muito conveniente. Além disso, o Brasil busca aumentar seu poder militar, logo a Lei é útil, pois contratar heróis é uma forma de fazê-lo.

Dados adicionais do país:

Usa 1,3% de seu PIB (\$22,8 bi) em gastos militares, de acordo com o Sipri (dado de 2016)

Liu Jieyi - representante permanente da China nas Nações Unidas;

Tratado de Sokovia

Por que apoiar?

O principal objetivo da China, de acordo com Li Keqiang, o primeiro-ministro, é aumentar seu crescimento econômico mundial em 6,5%. Apoiar esse Tratado pode ser uma boa estratégia, pois aumentaria seu poder político, afinal a China faz parte da ONU e tem um assento permanente no Conselho de Segurança dessa, o que tornaria a China mais atrativa mundialmente para se ter relações econômico-políticas.

Por que não apoiar?

Também para alcançar seu objetivo econômico, há por que de se apresentar contra o Tratado. Isso por que a China poderia facilmente se aliar à SHIELD, pois esta pode ganhar benefícios se aliando àquela. Além disso, vale ressaltar que a China apresenta divergências ideológicas com os EUA e estiveram em lados opostos em conflitos como a Guerra da Coreia, e os EUA são a favor do Tratado, logo, mantendo esse contraponto, a China não concordaria com o Tratado.

Lei de regulamentação dos super-heróis

Por que apoiar?

Após a explosão de Nitro, a China compartilha da visão de que os heróis são perigosos e possíveis terroristas; e como a China foi ameaçada pelo Estado Islâmico em 2017 e possui parte da Caxemira sob sua ocupação, há o temor de ataques terroristas, provindos do Paquistão por exemplo. Por isso, a China seria a favor da Lei - em virtude da segurança, podendo contratar heróis para garanti-la.

Por que não apoiar?

A China não apoiaria a Lei, pois anda tentando promover sua própria versão de direitos humanos e liberdade de expressão. Ser contra a Lei ajudaria a propagar essa ideologia. Além disso, a China apresenta divergências

ideológicas com os EUA e estes são a favor do Tratado, logo, mantendo esse contraponto, a China não concordaria com a Lei.

Dados adicionais do país:

Usa 1,9% de seu PIB (\$215,7 bi) em gastos militares, de acordo com o Sipri (dado de 2016)

É a quinta maior potência nuclear do mundo.

Ja Song Nam - representante permanente da Coréia do Norte nas Nações Unidas

Tratado de Sokovia

Por que apoiar?

A Coreia do Norte, sendo uma ditadura, dá preferência à ordem à liberdade, e o Tratado é coerente com essa ideologia, pois impede a autonomia da SHIELD. Além disso, esta tem se mostrado como infrigidora da autonomia do Estado ao ponto que não obedece às ordens desse, tirando, assim, a soberania dele sob seu território, o que é incoerente com uma ditadura.

Por que não apoiar?

A Coréia do Norte se mostraria contrária ao Tratado, porque acredita que, se esse for aprovado, não conseguiria deter poder/controlar algum sobre a SHIELD. Isso porque os EUA, que possuem acento permanente no conselho de segurança da ONU e uma relação conturbada com a Coreia do Norte, detêm grande influência mundial, impedindo, assim, que a Coreia consiga benefícios sob a SHIELD.

Lei de regulamentação dos super-heróis

Por que apoiar?

A Coreia, sendo uma ditadura, dá preferência à ordem a que a liberdade, logo essa Lei é condizente com a ideologia, pois impede a autonomia dos heróis.

Por que não apoiar?

A Coreia do Norte e os EUA andam tendo tensões, e os EUA são uma potência mundial. Por essas razões, a Coreia do Norte pensa que, com a Lei, eles conseguiriam ter mais uma forma de se potencializar militarmente.

Dados adicionais do país:

Usa 2,4% de seu PIB em gastos militares, de acordo com o Sipri

É a oitava maior potência nuclear do mundo

Nikki Haley - representante permanente dos Estados Unidos da América nas Nações Unidas;

Tratado de Sokovia

Os EUA se mostram a favor do tratado, pois, com sua influência, acreditam que conseguiriam praticamente controlar a SHIELD, tendo, assim, conhecimento, participação e representatividade nas decisões tomadas nela. Mesmo que os EUA já tenham bastante influência sobre a SHIELD, eles querem controlá-la por completo.

Lei de regulamentação dos super-heróis

Os EUA se mostram a favor da Lei, pois, detendo muito capital, conseguem contratar vários heróis, detendo, assim, maior poder militar e conseguindo ser uma potência mutante. Além disso, os EUA compartilham de uma abstinência por segurança, a posse de armas e a marcha para o Oeste são exemplos disso, e eles veem os heróis como terroristas após a explosão de Nitro. Do mesmo modo que responderam com o patriotic act ao onze de Setembro, os EUA usam a Lei para responder a esse incidente.

Dados adicionais do país:

Usa 4,2% do PIB em gastos militares, segundo o Sipri (dado de 2012)

É a maior potência nuclear do mundo.

Vitaly Churkin - representante permanente da Rússia nas Nações Unidas;

Tratado de Sokovia

A Rússia não concordaria com o Tratado no objetivo de se opor aos EUA, que são a favor dele, fazendo-se, assim, perpetuar-se a rivalidade presente entre eles há tempo e que gerou conflitos tais como a guerra fria.

Lei de regulamentação dos super-heróis

Por que apoiar?

A Rússia apoiaria para não só manter os altos índices de investimentos em forças armadas, mas também com a regulamentação dos heróis, grandes empresas bélicas russas podiam lucrar muito “vendendo” os serviços militares de um super herói.

Por que não apoiar?

Do mesmo modo que é contra o Tratado, a Rússia seria contra a Lei.

Dados adicionais:

Usa 5,3% do PIB(\$69,2 bi) em gastos militares, segundo o Sipri (dado de 2016)

É a segunda maior potência nuclear do mundo.

Syed Akbaruddin - representante permanente da Índia nas Nações Unidas;

Tratado de Sokovia

Por que apoiar?

A Índia e os EUA tem uma aliança. A Índia, por sua questão territorial em Caxemira, é rival da China; e os EUA, temendo a ascensão da China como maior potência mundial, ocupando, assim, seu lugar, eles se aliam à Índia. Para manter essa aliança, a Índia apoiaria o Tratado, já que os EUA também.

Por que não apoiar?

A Índia não apoiaria pelo receio de um conflito mais intenso e destrutivo com os paquistaneses, sem contar que dependendo da dimensão desse conflito, que está muito próximo da China, poderia haver intervenções (econômicas, políticas e até militares) chinesas contra o estado indiano.

Lei de regulamentação dos super-heróis

Por que apoiar?

A Índia partilha da mesma visão que os EUA de que os heróis são terroristas, e ela tem sido alvo de vários ataques terroristas, principalmente paquistaneses. A Índia também é aliada aos EUA, que é a favor da Lei; e ela anda investindo muito em poder militar por causa da questão de Caxemira. Por isso, ela concordaria com a Lei.

Por que não apoiar?

De acordo com a Constituição da Índia, o país é laico e garante a liberdade de crença. Na realidade, como os vinte e nove estados indianos têm autonomia para decidir sobre questões de religião, cinco deles já adotaram a lei anticonversão, por exemplo. Então é possível uma divergência dos estados indianos em relação a lei dependendo de quanto as regiões com menos problemas de conflitos, iriam querer priorizar orçamentos para essa lei.

Dados adicionais do país:

Usa 2,4% de seu PIB (\$50 bi) em gastos militares, segundo o Sipri (dado de 2014)

É a sexta maior potência nuclear do mundo.

Rafael Ramirez Carrenõ - representante permanente da Venezuela nas Nações Unidas [*delegação de segunda ordem*];

Tratado de Sokovia

Por que apoiar?

A Venezuela passa por uma crise intensa econômica, social e política, sendo assim, o membro venezuelano aceitaria o tratado para melhorar as relações com países os países da ONU com o interesse de apoio para contornar a crise.

Por que não apoiar?

Existem várias especulações sobre uma intervenção militar dos EUA na Venezuela. Frente a isso, A Venezuela se poria contra o tratado, pois os EUA são a favor de tal.

Lei de regulamentação dos super-heróis

Por que apoiar?

Frente a especulações de uma intervenção militar, a Venezuela quer entrar em um processo de militarização. Com assistência russa, a Venezuela implementou uma defesa antiaérea, por exemplo. Dando continuidade a essa assistência, a Venezuela poderia contratar heróis, caso a Lei fosse aprovada.

Por que não apoiar?

Pelo mesmo motivo que não concordaria com o Tratado, a Venezuela não concordaria com a Lei.

Danny Dannon - representante permanente de Israel nas Nações Unidas [*delegação de segunda ordem*];

Tratado de Sokovia

Por que apoiar?

Israel se mostraria a favor do tratado, pois, desse modo, permaneceria ao lado da superpotência estadunidense, seu maior aliado político-militar.

Por que não apoiar?

Israel com problemas de represália de outros países em relação a suas atitudes contra a Palestina, e por interesses de retomada do território palestino, vê a possibilidade de utilização desses heróis nas tropas pacificadoras da ONU como um obstáculo para uma tentativa de campanha militar contra o Hamas.

Lei de regulamentação dos super-heróis

Por que apoiar?

Devido à disputa territorial com os palestinos, vários terroristas a favor da reivindicação do território para a Palestina estão atacando Israel. Por isso, este preza muito a ordem e pouco, a liberdade. E para que possa conter/competir com esses terroristas e contra o próprio Estado Palestino, Israel anda investindo muito em poder militar. Por essas razões, essa Lei é vantajosa.

Por que não apoiar?

Por receio de represálias de membros da ONU contrários a lei tendo um contexto similar com a decisão de não apoiar o Tratado.

Dados adicionais do país:

Usa 5,8% do PIB em gastos militares, segundo o Sipri (dado de 2016).

É a nona maior potência nuclear do mundo.

3.3 A imprensa

Pensando em aprofundar a prática jornalística na SiSA e torná-la mais reflexiva, a Imprensa do comitê Tratado de Sokovia contará com dois modelos distintos de representação: jornalistas-personagens (sendo esses inéditos na simulação) e um modelo totalmente em vídeo, no formato de boletim. A ideia é tornar o jornalismo mais real e palpável àqueles que integrarem os jornais, de modo que o contexto fictício não dificulte o posicionamento do delegado de imprensa perante as discussões.

Primeiramente, falaremos o que o futuro jornalista pode esperar da semana de simulação, de acordo com o gênero jornalístico com o qual for trabalhar.

JORNALISMO OPINATIVO ou DE OPINIÃO ou COLUNA DE OPINIÃO

As colunas são artigos redigidos e assinados por jornalistas, geralmente publicados com certa regularidade e para um público e temática específicos. O diferencial, aqui, é a liberdade para pôr explicitamente a opinião do autor na construção do texto, sem prejuízo de credibilidade, afinal, trata-se de um espaço destinado para a opinião.

Adotando esse modelo de jornalismo mais flexível, os delegados que se aventurarem e incorporarem os jornalistas Ben Urich e Sally Floyd terão o desafio de pensar a discussão a partir do histórico da personagem escolhida. Assim, espera-se que as produções finais apresentem um posicionamento claro e delimitado, com liberdade para acidez, sarcasmos, intervenções ou direcionamentos de discurso e muitos outros recursos comunicativos a depender da escolha do jornalista.

JORNALISMO TELEVISIVO

A televisão ainda é o meio de comunicação com maior alcance, por isso o jornalismo televisivo é um importante disseminador de informações e,

consequentemente, formador de opiniões. Seguindo os moldes dos telejornais, o espaço para a opinião se torna limitado e o objetivo principal é apresentar dados de forma clara e precisa, tornando a informação acessível para todos os níveis de compreensão.

Desta forma, a dupla de delegados que ficar encarregada da produção do telejornal terá a missão de filtrar quais informações são essenciais para o grande público, além de decidirem em conjunto qual a melhor forma de transmitir o que for de interesse comum. O material final em vídeo deverá ter entre 1 (um) e 2 (dois) minutos de duração, sendo que não é pré-requisito ter câmera digital e/ou conhecimentos em edição de vídeo, embora seja desejável.

3.3.1 Delegações

Sally Floyd - correspondente do veículo impresso “*The Alternative*”

Sally Floyd é uma jornalista que foi mãe de uma mutante que morreu ainda criança, uma vez que sua mutação fazia com que esta ficasse mais jovem a cada dia. Floyd teve dificuldade para lidar com a morte da filha e também o fim de seu relacionamento com o ex marido, encontrando refúgio para suas dores no álcool.

Durante sua trajetória profissional, foi colunista do jornal “The Alternative”, na coluna “Mutant Diaries”. Depois dos episódios do *Dia M*, a coluna passou a se chamar “Ex Mutant Diaries” e Floyd se dedicou a entrevistar mutantes que perderam seus poderes; entre eles, podemos citar Marrow e o Morlocks, Angel (que não perdeu os poderes de fato) e Collider. Deu visibilidade, também, para uma ordem de mutantes criada a fim de dar suporte para aqueles que perderam seus poderes.

O trabalho da jornalista foi ameaçado por um assassino que começou a enviar para ela fotos de mutantes mortos, afirmando que não havia matado mutantes o suficiente. Temendo por um agravamento na situação, Floyd considerou abandonar sua coluna, mas foi convencida a continuar por detetives envolvidos na resolução do caso. Após esses acontecimentos, a jornalista contou a história de sua filha em sua coluna e começou a se tratar, entrando para os Alcoólicos Anônimos.

Durante os episódios em torno da lei de regulamentação de super heróis, Sally Floyd inicialmente se posicionou contra a proposta de lei. É a partir desta premissa que o delegado de imprensa deverá pensar a coluna de opinião enquanto Sally Floyd, considerando todo o passado da personagem e os possíveis motivos a serem levantados acerca de sua posição.

Número de vagas: 1 vaga

Ben Urich -correspondente do veículo impresso *“The Daily Bugle”*

Ben Urich é um jornalista investigativo e tem uma longa carreira no jornal “The Daily Bugle”; ele também chegou a produzir matérias para o “New York Bulletin” e a trabalhar por um tempo no “The Pulse”, convivendo com personalidades como Jessica Jones. Entre outros heróis que Urich teve contato ao longo dos anos como jornalista, Peter Parker foi seu colega de trabalho e o jornalista chegou a ser informante do Homem-Aranha.

Há uma forte ligação entre a temática da identidade e Urich: a identidade secreta do vilão Duende Verde, por exemplo, foi revelada graças a esforços do jornalista por meio da publicação de um livro chamado “Legado do Mal”. Mais tarde, Phil Urich, sobrinho de Ben, tornou-se o Duende Macabro após sofrer um acidente envolvendo o Soro do Duende.

A identidade do Demolidor foi outra das descobertas do brilhante repórter investigativo. Neste caso, porém, Urich desistiu de divulgar a identidade secreta do herói porque isso significaria que Matthew Murdock teria de deixar a figura do Demolidor de lado.

No contexto do comitê, Ben Urich, inicialmente, posicionou-se a favor da lei de regulamentação de super heróis. Vale lembrar que além de questionar decisões tomadas por Urich no passado, é importante que o delegado considere a dinâmica do trabalho em um jornal como o “The Daily Bugle”, que tem como editor-chefe J. Jonah Jameson - declarado anti super-heróis mascarados desde as primeiras aparições do Homem-Aranha.

Número de vagas: 1 vaga

New York Bulletin

O “New York Bulletin” é um jornal novaiorquino do Universo Marvel que conta com uma página online com o objetivo de divulgar séries e afins (acesse em: nybulletin.com). Apesar de não possuir um posicionamento oficial para o contexto, é importante que os delegados envolvidos na produção do jornal se atentem ao fato de que o NY Bulletin tem afinidade com os chamados “Heróis de Nova York”, ligados à lei de registro e diretamente afetados por essa.

Número de vagas: 2 vagas

3.3.2 Sobre a application

Solicita-se que o candidato redija uma nota de posicionamento oficial do jornal escolhido em primeira opção, levando em conta o posicionamento do veículo ou colunista em questão. A nota deverá representar o primeiro pronunciamento do jornal sobre os rumores do Tratado de Sokovia e demais tópicos a serem discutidos.

Dica 1: um bom documento oficial destaca antecedentes, posicionamento atual e possíveis contribuições do país ou figura em questão para o tema. Geralmente, estrutura-se em três parágrafos, um para cada foco.

Dica 2: notas jornalísticas são, em geral, curtas e diretas. Não há necessidade de uma página inteira, os critérios avaliados serão capacidade de representação e clareza para se expressar.

Cuidado: no momento da inscrição, colocar a mesma personagem mais de uma vez dentre as 3 opções possíveis não aumenta as chances de conseguir a representação.

Utilize bem as possibilidades de escolha e se empenhe na produção de um bom application!

4. Bibliografia

<https://razaoinadequada.com/filosofos-essenciais/max-stirner/>

<https://doglassilva.jusbrasil.com.br/artigos/113728391/direito-x-justica>

https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/18/opinion/1513603438_318253.html

<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/>

https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/31/internacional/1517361892_052316.html

https://pt.wikipedia.org/wiki/Dom%C3%ADnio_p%C3%BAblico_internacional

http://www.ecen.com/eee44/eee44p/tnp_goldemberg_esp.htm

<https://nacoesunidas.org/conferencia-da-onu-aprova-tratado-sobre-a-proibicao-de-armas-nucleares/>

<http://brasilescola.uol.com.br/geografia/tnp.htm>

<https://jornalggn.com.br/noticia/coreia-do-norte-x-eua-entenda-o-conflito-que-deve-se-estender-por-2018>

<http://brasilescola.uol.com.br/historiag/bombas-atomicas-hiroshima-nagasaki.html>

[http://www.deepask.com/goes?page=coreia-do-norte-Consulte-o-gasto-militar-\(em-percentual-do-PIB\)-por-pais-e-sua-posicao-no-ranking-mundial](http://www.deepask.com/goes?page=coreia-do-norte-Consulte-o-gasto-militar-(em-percentual-do-PIB)-por-pais-e-sua-posicao-no-ranking-mundial)

<https://top10mais.org/top-10-maiores-potencias-em-armas-nucleares/>

http://marvelcinematicuniverse.wikia.com/wiki/Nick_Fury

https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Nick_Fury

<https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Vingadores>

http://pt.universocinematograficomarvel.wikia.com/wiki/Iniciativa_Vingadores

<https://pt.m.wikipedia.org/wiki/S.H.I.E.L.D.>

http://pt.universocinematograficomarvel.wikia.com/wiki/Conselho_de_Segurança_Mundial

<http://pt.universocinematograficomarvel.wikia.com/wiki/S.H.I.E.L.D.>

[http://pt-br.marvel.wikia.com/wiki/Hidra_\(Terra-199999\)](http://pt-br.marvel.wikia.com/wiki/Hidra_(Terra-199999))

[https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Hidra_\(Marvel_Comics\)](https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Hidra_(Marvel_Comics))

https://en.wikipedia.org/wiki/List_of_superhuman_features_and_abilities_in_fiction

<http://br.ign.com/capitao-america-guerra-civil/12591/news/confira-como-sera-a-lei-de-registro-de-super-herois-em-capit>

<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,a-funcao-do-estado-na-aplicacao-do-direito,54256.html>

Significados.com

<http://www.verdadeirahistoria.com.br/2016/04/a-verdadeira-historia-do-capitao-america.html?m=1>

<https://www.cineclick.com.br/noticias/homem-de-ferro-conheca-a-verdadeira-historia-do-heroi>

<https://www.aficionados.com.br/peter-parker-homem-aranha/>

<https://m.oglobo.globo.com/mundo/os-altos-baixos-da-relacao-entre-eua-paquistao-2874624>